

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Fernanda da Silva*

Resumo: O presente trabalho visa abordar a etnia somali em território etíope durante o regime do imperador Hailé Selassié (1930-1974) e como a independência da Somália a impactou. Parte-se do princípio de que, uma vez que configuram a mesma etnia, a libertação e fusão das somalilândias desestabilizou o Ogaden etíope por fomentar questões culturais e políticas em torno dos somali. Logo, questiona-se de que modo a conquista da independência da Somália se tornou um divisor de águas no comportamento dos somali etíopes e as políticas de Selassié voltadas para os mesmos. A hipótese aqui levantada é a de que interesses políticos, sociais e culturais somali criaram, em meio ao marco da independência da Somália, um ambiente propício à uma escalada de hostilidade entre somali e etíopes. Para este fim foi realizada uma pesquisa descritiva explicativa, por meio do método hipotético-dedutivo e seguindo uma abordagem qualitativa. O resultado encontrado foi a conclusão de que a independência da Somália contribuiu, de fato, para que houvesse um crescimento significativo nas hostilidades entre somali etíopes e o governo de Selassié, apesar do papel desempenhado recair majoritariamente nos espectros políticos e sociais.

Palavras-chave: Conflito; Etiópia; Somali.

Introdução

O processo de colonização no Chifre da África retalhou uma das maiores etnias¹ da região: a somali². O povo nômade, ficou marcado pelo desenvolvimento de um etno-nacionalismo³ cultivado ao longo dos séculos que, no decorrer do século XX foi muito utilizado em suas campanhas políticas por independência e unificação. Isso ocorreu porque, ao serem fragmentados e colocados sob o poder de diferentes potências coloniais, parte do

¹ O conceito de etnia aqui utilizado é o cunhado pelo sociólogo Ellis Cashmore (2000, p.119) que a descreve como “grupo que possui algum grau de coerência e solidariedade composto por pessoas que, pelo menos de modo latente, estão conscientes de possuírem origens e interesses comuns” (tradução nossa). Não se trata, portanto, de um aglomerado de pessoas ou setor da população, mas de um “conjunto autoconsciente de pessoas unidas ou intimamente relacionadas por experiências compartilhadas” (CASHMORE, 2000, p. 119, tradução nossa) que usualmente são aquelas de privação.

² Ressalto aqui que a grafia do termo que designa a etnia e as tribos a ela pertencente, assim como outras etnias, tribos e clãs obedecerá as regras do “Manual de Redação Oficial da FUNAI”, produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Desse modo, os termos que designam etnias africanas será sempre em minúscula e sem admitir flexões. Já as tribos e clãs iniciarão com maiúscula, apesar de também não admitirem flexão para o plural devido a sua origem não-portuguesa (FUNAI, 2016).

³ Segundo Anthony Smith, o etno-nacionalismo nasce da politização de um grupo étnico minoritário. Se trata de um instrumento político utilizado por essas minorias que partem de um discurso pautado na cultura da etnia para legitimar suas demandas por status e poder (SMITH, 1971; 1981; YUN, 1990).

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI-UFSM). (fernandadasilva1997@gmail.com).

território somali na costa foi dividida entre franceses (mais ao norte), britânicos (no centro) e italianos (mais ao sul), enquanto os etíopes tomaram a porção oeste.

Apesar das dificuldades de organização, devido às desavenças entre clãs, os somali resistiram à ocupação colonial. Entre a primeira década do século XX e 1961, ano de independência e unificação da Somália, o que se viu foi o desenvolvimento da articulação de clãs somali para lutar contra o “inimigo”: as administrações coloniais. Com a conquista da independência da antiga Somalilândia Italiana, posteriormente unificada com a Somalilândia Britânica e a subsequente formação da Somália, o sonho de libertação da tutela colonizadora parecia ser possível para unir novamente todo o povo somali.

Nesse contexto, este artigo aborda como o sonho da Grande Somália atingiu os somali em território etíope a partir da desestabilização do Ogaden (região somali anexada pela Etiópia no início do período colonial). A independência da Somália é aqui trabalhada como um divisor de águas no comportamento dos somali etíopes e as políticas de Selassié voltadas para os mesmos. Logo, a hipótese levantada sugere que interesses políticos, sociais e culturais somali criaram um ambiente propício à uma escalada de hostilidade entre grupos somali e etíopes. Para este fim, foi realizada uma pesquisa descritiva explicativa, por meio do método hipotético-dedutivo e uma abordagem qualitativa.

Do contexto em que se deu a independência da República da Somália

Nas primeiras quatro décadas do século XX, o Ogaden não tinha uma função maior do que servir como barreira para o avanço colonial ocidental. Essa região, anexada por Menelik II no fim do século anterior, configurava em sua maior parte um planalto semiárido habitado pelo povo somali e que não mostrava indícios de ser um território promissor. Logo, o desinteresse do Estado etíope na região levou à preservação, por décadas, de certo grau de autonomia e a manutenção de suas estruturas sociais indígenas. Assim, apesar de existentes, as tensões entre os somali e os etíopes eram mínimas (GOZÁLEZ, 2007).

Isso começou a mudar em meados da década de 1940, quando a expulsão dos italianos das terras somali na Segunda Guerra Mundial inflamou o povo nativo. Instaurou-se, naquele momento, uma impaciência crescente para que um Estado somali fosse formado.

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Ocorre que essa fatia do território somali invadida correspondia ao Ogaden e estava, portanto, sob a tutela da Etiópia. Consequentemente o país passou a ter que lidar com o desafio territorial derivado do desejo somali por independência (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Nos anos seguintes, as tensões escalaram e a partir da década de 1960 dois novos fatores passaram a preocupar o olhar etíope sobre a região. De um lado, a descoberta do potencial para agricultura e desenvolvimento mineral, assim como, a exploração dos recursos hídricos do Ogaden em seu potencial total chamam a atenção do governo central. A partir desse momento, percebia-se uma região com grande capacidade, mas que possuía pouca infraestrutura apropriada e carecia de investimento. Logo, a perda do território passava a entrar no espectro de um grande prejuízo econômico (TOUVAL, 1963)⁴.

Por outro lado, a Etiópia, à época, já vivia com o constante temor de uma secessão na região da Eritreia. Sendo um país multiétnico – no qual a formação é derivada da anexação de vários grupos étnicos que se distinguem em linguagem cultura e religião –, a concessão de independência a um povo poderia servir como combustível para que outra etnia se rebelasse (TAREKE, 2009; TOUVAL, 1963). Portanto, permitir a independência somali poderia significar a perda do território eritreu e vice-versa.

Ocorria que à época, o etno-nacionalismo somali era visto como um grande desafio no Chifre da África. Sua pauta política consistia em libertar todo o território somali colonizado e suas conquistas passaram por um período de avanço significativo no pós-Segunda Guerra. Afinal, a frustração dos britânicos ao fracassarem em sua tentativa de dominar a ex África Oriental Italiana após a Conferência de Postdam (1945), os levou a adotarem como estratégia a defesa dos somali para que, posteriormente, pudessem exercer forte influência ou controle sobre os mesmos. Sua proposta, conhecida como “Plano Bevin” (1946) consistia na unificação de todas as terras somali sob um único governo sob tutela britânica, a Grande Somália. Esse novo país dominaria territórios etíopes, assim como as

⁴ Devido à escassez de literatura específica que retrata este recorte temporal, o presente trabalho traz como principal autor Touval. Se trata de uma obra escrita aproximadamente na mesma época e que é utilizada como base para literaturas posteriores. Aqui é priorizada por sua riqueza em detalhes e informações úteis.

Somalilândia Britânica, francesa e italiana. A proposta encontrou forte oposição da Etiópia, dos Estados Unidos da América (EUA), da França e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e falhou em seu objetivo (CARDOSO, 2019; HRBEK, 2010).

No entanto, naquele mesmo ano a Liga da Juventude Somali (LJS), criada em 1943, já contava com cerca de 25 mil membros, tornando-se rapidamente a principal defensora do nacionalismo somali. Beneficiada pelo apoio britânico, os somali tiraram proveito do breve período de domínio militar da Grã-Bretanha sobre outros territórios habitados por eles para fortalecer e enraizar sua ideologia nacionalista entre os jovens intelectuais. A manobra permitiu que, entre 1948 e 1949, enquanto a Itália negociava o domínio do território na Organização das Nações Unidas (ONU), uma onda de manifestações populares estourasse em Mogadíscio em claras demonstrações de sentimento anti-italiano (HRBEK, 2010).

O resultado foi o estabelecimento de uma tutela italiana de 10 anos no território correspondente à Somalilândia Italiana sob a supervisão da ONU, postergando a independência que a população desejava. Durante esse período, a LJS se tornou o partido político dominante, tomando a dianteira frente à outros partidos, que proliferaram-se mediante o retorno dos italianos. Em meio às hostilidades entre nativos e italianos, a LJS crescia. Na Somalilândia Britânica, no entanto, a Grã-Bretanha vetava a formação de um sistema representativo fundado em partidos políticos. A administração colonial reservava esse papel exclusivamente aos clãs e perseguia os partidos políticos fundados antes de 1950, como a Liga Nacional Somali (SNL) e a LJS (HRBEK, 2010).

Na mesma época, a devolução de terras militarmente dominadas pelos britânicos, como o Haud e a Zona Reservada, para a Etiópia, levou à mais uma onda de manifestações maciças e a organização de um movimento nacional, a Frente Nacional Unida. Enquanto a Etiópia encarava esse acordo como uma devolução de seu território e fim do domínio militar britânico sobre si, os somali desejavam o retorno do Haud e a independência. A campanha pelo território fracassou, mas o desejo de se tornarem independentes continuou vivo, tornando-se a principal preocupação de todos os partidos (HRBEK, 2010).

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Em meio à pressão crescente, em Mogadíscio, no ano de 1959 uma reunião de delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia teve como fruto a formação do Movimento Nacional Pan-Somali. No ano seguinte, em 1960, a articulação política conquistou não só uma declaração de independência, marcada para o dia 1º de julho de 1960, como a fusão de seu território com a Somalilândia Britânica (HRBEK, 2010). A Somalilândia Abissínia (Ogaden) e a Somalilândia Francesa não foram contempladas na fusão.

À luz dos novos desdobramentos, a Etiópia temia ser alvo de interferências externas. Este era justificado nas tentativas italianas de conquistar o país entre 1930-1935 com o auxílio de somali irregulares; no incidente de Wal-Wal, provocado e utilizado como pretexto para que os italianos declarassem que a área lhes pertencia; e por fim, o uso da Somalilândia Italiana para invadir a Etiópia. Os britânicos também geraram tensões com sua administração militar no Ogaden até o ano de 1948 e no Haud, até 1955, mais de dez anos após o fim da guerra. A retenção desses territórios somada ao Plano Bevin fizeram com que a Etiópia suspeitasse das intenções da potência ocidental em questão (TOUVAL, 1963).

A nível regional o Egito também era visto com desconfiança, pois encorajava o etno-nacionalismo somali e suas campanhas com conteúdo islâmico influenciavam os somali e outras minorias muçulmanas presentes na Etiópia. Assim, havia um estímulo a demandas similares às somali por outros grupos étnicos anexados pelos etíopes, configurando uma ameaça à existência da Etiópia. Afinal, o país consistia em um conglomerado de etnias anexadas e/ou assimiladas pelos amhara (principal etnia etíope) (TOUVAL 1963).

Com sua integridade e estabilidade nacional ameaçada, Selassié traçou algumas estratégias. A primeira era fortalecer sua posição internacional por meio de sua política externa. Até 1958, o país era aliado do Ocidente na Guerra Fria, tendo enviado tropas para a Guerra das Coreias (1950-1953) e providenciado instalações para o estabelecimento de uma estação de comunicação militar estadunidense no território. Além disso, se posicionou de modo favorável aos Estados Unidos da América (EUA) até 1958, sendo contrário à admissão da China nas Nações Unidas. Todavia, conforme a situação somali se agravava, o imperador passou a desconfiar que o apoio ocidental não lhe favoreceria na causa. A troca

de estratégia se deu de fato quando os Estados Unidos apoiaram os britânicos nas negociações referentes à unificação da Somália e a Somalilândia Britânica. A partir daí, Selassie passou a demonstrar maior interesse em se aliar à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (TOUVAL, 1963).

Além disso, a possibilidade dos somali conquistarem auxílio da URSS ou da China gerava temor, pois com algum desses aliados o nível de ameaça representado pelos somali se tornaria muito superior ao patamar já enfrentado. Assim, antes que os somali ganhassem tais grandes aliados, o imperador etíope visitou Moscou em 1958 e aceitou a oferta soviética de assistência financeira. Em seguida, buscou reparar sua relação com os chineses, se abstendo em 1959, mas votando de forma favorável ao ingresso do país nas Nações Unidas pela primeira vez no ano seguinte (TOUVAL, 1963).

A Etiópia também buscou fortalecer sua posição dentro do bloco de Estados africanos independentes. Sendo, junto a Libéria, um dos dois únicos países que não foram colonizados e estando na posição de estado africano independente mais antigo, ela explorou a possibilidade de ser reconhecida como líder nesse bloco, demonstrando seu interesse nas questões africanas. Apesar da aspiração de se tornar uma liderança não ser um produto da preocupação com os somali, o aumento de seu interesse em intensificar sua influência no continente foi resultante dos pedidos firmes de apoio pela etnia nas conferências africanas (TOUVAL, 1963).

Em janeiro de 1960, os somali receberam suporte na *All African People's Conference*, em Tunis, mas sua tentativa de expor a questão na *Conference of Independent African States*, em Addis Ababa em junho do mesmo ano, foi rejeitada. Assim, quanto mais influente era a Etiópia dentro do bloco, menor era a probabilidade dos Estados africanos de apoiarem os somali. Entretanto, o suporte que os somali passaram a receber não possuiu grande importância prática, a Etiópia ainda seria colocada em uma situação desconfortável (TOUVAL, 1963).

Além disso, a Etiópia ofereceu como solução potencial para o problema somali a unificação do território sob a tutela etíope. Afinal, em diversos momentos o governo etíope alegou que toda a área do Chifre da África lhe pertencia, o que lhe dava direito sobre todo

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

o território historicamente habitado pelos somali. Assim, com a saída das potências coloniais ocidentais, o território deveria ser devolvido. Ademais, havia os argumentos relacionados à necessidade etíope de acesso ao mar, assim como afinidades raciais entre etíopes e somali. Apesar das alegações e de suas manobras políticas, a Etiópia falhou em conquistar apoio no plano de anexação da Somalilândia Italiana (TOUVAL, 1963).

Portanto, a independência da República da Somália se deu em um complexo momento político no Chifre da África, mas mais do que isso: a conquista veio acompanhada por uma crescente ameaça ao secular Estado etíope. O país via no outro a possibilidade de ataque à sua segurança e, ao falhar em sua tentativa de anexação sobre as antigas somalilândias, a Etiópia passou a se concentrar na defesa da posse sobre o Ogaden, esforçando-se para impedir que as inspirações etno-nacionalistas somali sacassem-lhe a região.

Os somali etíopes e a Somália independente: de 1961 a 1974.

A independência da Somália colocava em risco a região do Ogaden, que, à época, equivalia à um quinto do território etíope e era habitada quase exclusivamente por somali – com exceção de áreas nas quais a população era mestiça e as divisões étnicas haviam se tornado mais difíceis de detectar. Portanto, Selassié não mais podia permitir a preservação da autonomia da região. O imperador passou, então a investir em políticas cada vez mais agressivas para romper com a concentração da etnia na região e facilitar a assimilação dos somali pelos amhara (TOUVAL, 1963).

O desejo do imperador consistia em aplicar políticas que apaziguassem os somali e reduzissem as tensões dentro do território etíope mediante uma contínua tentativa de conquistar sua lealdade e assimilá-los. O plano, no entanto, esbarrava em alguns entraves. Um deles é a de que os etíopes, provenientes da etnia amhara, expandiram-se através da anexação e assimilação de outras etnias. No entanto, sendo os amhara cristãos, o processo gerou uma minoria muçulmana etíope, que pertencia a outros grupos étnicos incluindo os somali. Desse modo, uma política de assimilação mal conduzida ou o fortalecimento dos somali poderia levar ao rompimento do precário equilíbrio entre cristãos e muçulmanos no

império. Ademais, a intensificação do contato com os somali poderia causar um aumento no nível de consciência política daquelas etnias que pertenciam a grupos que não eram tão engajados anteriormente, levando ao fracasso da estratégia abordada em seguida pelo governo (TOUVAL, 1963).

Contudo, isso não significava que todos os somali eram politicamente engajados. Na realidade, à época, a consciência política dos indivíduos somali em território etíope variava de acordo com o clã e seus hábitos. Ademais, inexistiam organizações políticas somali ou partidos no país, o que dificultava o envio de respostas específicas provenientes do governo central (TOUVAL, 1963). Entretanto, isso não significava que a etnia se mantivesse alheia às questões que lhe diziam respeito. Na realidade, eles se mantiveram informados através das notícias e propagandas nacionalistas que eram levadas para a Etiópia pelos grupos que migravam sazonalmente através das fronteiras. Assim, puderam acompanhar, por exemplo, o processo de independência e unificação da Somália (TOUVAL, 1963).

Entre os clãs, Touval (1963) relata terem existido diferentes respostas a variar de acordo com a zona somali na Etiópia (ver mapa 01). Segundo ele, todos possuíam certo grau de afinidade com o etno-nacionalismo, mas o nível de identificação variava. Havia, portanto, casos como os dos clãs Marehan (Darood), Degodia, Gurreh e A Moran (Hawiya), que habitavam o extremo sul da Etiópia, na divisa com Quênia e Somália, e não exibiam sinais de afinidade com o sentimento etno-nacionalista na época⁵ (TOUVAL, 1963).

Na parte central da área somali, um clã nômade, os Ogaden (Darood) possuíam pouca afinidade com o etno-nacionalismo somali. Já os Gadabursi, os Absame (Darood) e os Jidwak (Darood) se encontravam mais engajados, apesar de serem considerados clãs moderados. Eles habitavam as proximidades de Jijiga e a fronteira Etiópia-Somália como agricultores sedentários. Ao norte deles, na porção nordeste da Etiópia, entre Harar e a Somalilândia Francesa, um outro clã, os Issa, exibia um comportamento altamente pró-nacionalismo. Clã nômade, os Issa traziam consigo uma longa bagagem de antagonismo com

⁵ Segundo Touval (1963), a ausência de informações sugere o nacionalismo dos somali da província de Sidamo não havia escalado para proporções violentas (TOUVAL, 1963).

vasta e rica em água e pastos que eles desejavam fortalecer e estender seus direitos. Isso, no entanto, fazia com que os Ogaden temessem a perda de seus direitos pré-existentes sobre as áreas que eles habitavam, suspeitando que a anexação da região pela Grande Somália levaria à perda de suas terras e recursos (TAREKE, 2009; TOUVAL, 1963).

As expressões do fervor nacionalista somali na Etiópia eram poucas e esporádicas. Usualmente eram provocações frente às autoridades etíopes, que rapidamente as suprimiam. Ademais, era difícil distinguir os incidentes politicamente motivados de ilegalidades comuns. De tempos em tempos, demonstrações públicas de desrespeito à bandeira da Etiópia durante a cerimônia de hasteamento ocorriam acompanhadas de declarações de que aquela não se tratava da bandeira somali e, portanto, eles não lhe deviam respeito, por exemplo (TOUVAL, 1963).

Confrontos armados entre membros dos clãs e as forças etíopes também ocorriam, apesar de usualmente não possuírem uma natureza clara na época. Apesar disso, o crescimento de incidentes na década de 1960 funcionava como lembretes de que o etno-nacionalismo somali poderia gerar maiores impactos no âmbito doméstico etíope. Afinal, inexistia outra etnia com o mesmo tamanho e coesão política ocupando uma área tão extensa naquela década (TOUVAL, 1963).

Ademais, o Estado etíope era marcado pelo atrito contínuo de cristãos contra muçulmanos e tribos pagãs; gerando antagonismos que, apesar de terem sido atenuados, persistiam enraizados tradicionalmente na população. Havia, em primeiro lugar, as barreiras criadas pelas divisões religiosas, as quais separavam a população no início da década de 1960 da seguinte forma: 40% era cristã; 40% era muçulmana e 20% era pagã. Sendo que, os amhara, principal etnia, eram cristãos, enquanto as minorias eram formadas pelos pagãos e muçulmanos. Além disso, eles se concentram no norte e no centro do território da Etiópia, enquanto as outras residiam nas bordas e se concentram em toda a região sul do país. Conseqüentemente, essas minorias mantinham relações com os povos do outro lado da fronteira. Logo, eram mais suscetíveis a aderir ou incorporar movimentos secessionistas, principalmente quando se considera os antagonismos históricos e as divisões culturais e religiosas (TOUVAL, 1963).

Além deles, acreditava-se que os oromo também poderiam ser encorajados por uma eventual secessão somali. Espalhados por todo o território e constituindo a maioria da população em algumas áreas, essa etnia guardava em alguns de seus setores as lembranças de sua antiga independência política, perdida no fim do séc. XIX. Desde o século XVIII, os oromos influenciavam a política etíope e seu suporte muitas vezes decidiam o resultado de rivalidades políticas internas. Apesar disso, não havia entre eles qualquer sentimento etno-nacionalista no início da década de 1960, pois eram menos conscientes de sua identidade que os somali (TOUVAL, 1963). Porém, Touval (1963) não desconsiderava a probabilidade de desenvolvimento de alguma autoafirmação na época.

Após a Segunda Guerra Mundial, a política de assimilação etíope tornou-se mais deliberada e compreensiva. As mudanças econômicas e políticas do país forçaram o abandono das táticas tradicionais, requerendo um novo modo de integração das minorias na teia econômica, social e política que vinha sendo desenhada. Os principais métodos utilizados para atingir esse objetivo eram através da educação e a designação de somali a cargos administrativos, sobretudo na província de Harar (TOUVAL, 1963).

No que tange à educação, houve uma atenção especial para o desenvolvimento de uma estrutura educacional em Harar. Escolas elementares foram construídas em diversos centros administrativos para que as crianças somali pudessem ter acesso à educação; porém, as características migrações das tribos dificultavam a frequência das mesmas no sistema educacional. Para lidar com o problema, algumas escolas móveis foram montadas e uma estrutura de ensino secundário também foi formada em Harar. Essa política auxiliou no crescente acesso à educação no país, sendo um passo importante para a melhoria na qualidade de vida no Ogaden. Além de ser um passo preventivo na questão pan-somali, essa iniciativa também aumentava a presença administrativa e securitária na região (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Sobre a política de designação de somali a cargos administrativos, o método era baseado no emprego e no status que os postos em serviços civis na província davam a alguns jovens que havia tido acesso à educação. Além disso, o governo acreditava que a presença

deles nesses cargos pudesse aliviar as tensões entre as tribos e o regime; assim como reduzir a atração que as administrações totalmente somali do outro lado de suas fronteiras geravam.

Essa medida era importante devido à ausência de registros de integração econômica e social devido ao isolamento das regiões habitadas pela etnia em contraste com o resto da Etiópia até 1960. Ademais, no campo político a participação deles no parlamento era relativamente baixa. Assim como não havia registro de tentativas significativas de conversão dos somali, pois a mesma provavelmente geraria conflitos (TOUVAL, 1963).

Contudo, Touval (1963) faz ressalvas. Na questão da educação, ele alega que era ingênuo acreditar que o acesso às escolas pelos somali os tornaria cidadãos leais, ou que o ensino de amárico para as crianças dessas tribos facilitaria sua assimilação. Além disso, apesar da implementação da primeira escola, em 1957, ter gerado esperança em Addis Ababa de que uma maior integração ocorresse, outras dificuldades surgiram com essa política (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Uma delas era a necessidade do governo em prover trabalhos adequados para essa nova parcela de jovens educados, pois havia a probabilidade de insatisfação dos mesmos caso alocados em trabalhos “inferiores” ao seu nível de educação. Sendo que, até o início da década de 1960, a oferta de emprego relativamente boa para quem possuía ensino secundário completo, mas conforme o número de formados aumentasse com a expansão do sistema educacional, a previsão era de que em algum momento se iniciasse uma escassez de emprego comparado ao número de formados (GOZÁLEZ, 2007; TOUVAL, 1963).

Outro problema que surgiu era derivado do desinteresse etíope na região por décadas a fio, levando à inexistência de vias rodoviárias de qualidade que ligassem o Ogaden ao centro da Etiópia. Além disso, a realização do comércio na região se dava majoritariamente por meio de relações cruzando a fronteira, pois não havia meios para que se tivesse comunicação e relações econômicas adequadas com o resto da Etiópia. Até mesmo as autoridades etíopes na região recebiam suas provisões por meio da Somalilândia Britânica (TOUVAL, 1963).

Entretanto, o isolamento da região não era o único fator em jogo. Além dos antagonismos tradicionais entre grupos étnicos e religiosos, a questão dos empregos gerava tensões. A relação de desconfiança do governo para com a etnia, quando era ele o maior fornecedor de empregos, criava um entrave extra na busca dos somali por emprego. Tendo sua lealdade questionada, os indivíduos dessa etnia acabavam em uma situação de desvantagem social e em termos de desemprego considerável fora das áreas majoritariamente somali (TOUVAL, 1963).

Desse modo, ao prover educação para uma minoria somali, mas criar uma situação de carência de oferta de emprego condizente com a qualificação, os etíopes abriam margem para a geração de mais descontentamento e, conseqüentemente, o fortalecimento do nacionalismo somali. Por outro lado, o atraso deliberado no desenvolvimento de uma estrutura educacional voltada para eles também traria problemas para o Estado, pois induziria a população ao nacionalismo pelo contraste com o desenvolvimento social de econômico que a República da Somália iria gerar (TOUVAL, 1963).

A própria Somália tentou sacar o Ogaden da Etiópia. O país recém independente pautou-se no discurso de base cultural e étnica com o objetivo de anexar a Somália Ocidental (território que se estendia a partir do Rio Awash, abarcando a área de Hararghe e incluindo largas porções das províncias de Sidamo e Bale). Apesar das terras em questão serem tidas como multiétnicas, os somali negavam que assim o fosse e que se tratava de área em que os habitantes eram em sua maioria somali (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

A partir daí, além das táticas que haviam sido empregadas a partir da década anterior, o Imperador Selassié passou a investir uma quantia considerável de recursos para integrar e defender o Ogaden com mais afinco. Nessa nova fase, múltiplas bases militares foram instaladas na área na segunda metade da década. Contudo, as mudanças não foram bem recebidas pelos habitantes. Embora no início não tivesse havido uma explosão de hostilidades, a situação se agravou quando houve a imposição sistemática de impostos por cabeça. Essas taxas foram estabelecidas pela necessidade do imperador de encontrar vias alternativas de conseguir subsidiar os novos desenvolvimentos na região, pois arcar com os

custos somente por meio do comércio na região estava se tornando insustentável (GOZÁLEZ, 2007).

A imposição das taxas fixas para cada indivíduo acabou gerando um exercício de poder por parte do governo que afetou o modo de vida da população na região. Como consequência, os somali passaram a engajar em confrontos com o governo, iniciando sua primeira rodada de rebeliões violentas. Desse modo, estoura, em 16 de junho de 1963, a rebelião que serviria de embrião para a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF, na sigla em inglês), um grupo separatista somali (GOZÁLEZ, 2007).

A organização possuía três comandos, todos liderados pelo exército somali, e suas subdivisões que coincidiam com subclãs. As armas portáteis e os maquinários pesados utilizados para lutar também eram provenientes da Somália, apesar de uma fatia menor ter sido adquirida por meio de atividades ilegais da WSLF para complementar seus recursos (TAREKE, 2009).

Assim, a organização foi financiada, equipada e treinada pela Somália, além de ser submetida aos interesses do país em sua própria estrutura. Assim, a WSLF chegou a ocupar quase 70% do Ogaden; mas acabou por recuar quando, em agosto de 1963, os etíopes se reagruparam e direcionaram seus ataques para as fronteiras somali, bombardeando seus alvos no Ogaden e na Somália por oito semanas. Em novembro, com uma última grande ofensiva, a Etiópia assegurou o acordo de cessar-fogo com a Somália na Organização da Unidade Africana (OUA). O acordo, firmado em março de 1964, previa uma zona desmilitarizada entre seis e dez milhas território adentro em cada lado da demarcação da fronteira (GOZÁLEZ, 2007; TAREKE, 2009).

Assim, ambos os países iniciaram um breve período de calma entre si. Entre os fatores que contribuíram para esse recuo da participação da Somália na insurgência estava a eleição do Presidente Shemarke e o Primeiro-Ministro Igal, ambos membros de um partido mais moderado. Eles focaram suas políticas e discursos na ênfase ao sentimento pan-africanista, acalmando ou pelo menos suprimindo os ânimos pan-somali. Nesse período, o apoio à insurgência no Ogaden reduziu drasticamente, o que pode ser representado pela dissolução oficial da WSLF pelo Presidente Siyaad Barre em 1969. Entretanto, a decisão de

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Barre foi guiada pela necessidade de garantir estabilidade à Somália ao se prevenir de um possível ataque estrangeiro, pois seu governo retornaria a ênfase ao movimento pan-somali no decorrer da próxima década (GOZÁLEZ, 2007).

Apesar desta ação, o grupo entrou não entrou em inatividade. Pelo contrário: recusando-se a obedecer a jurisdição dos presidentes, Makhtal Dahir se se posicionou de forma indiferente a eles e prosseguiu sua luta, pois acreditava que a WSLF independia de qualquer intervenção da Somália. Afinal, enquanto as relações Somália-Etiópia melhoravam, Selassié passou a empreender duras políticas econômicas para punir os somali nômades no Ogaden (GOZÁLEZ, 2007).

Essas punições foram desenhadas para desconstruir o modo de vida nômade e permitir um maior controle do regime sobre a região. Entre elas, inclui-se os ataques dos militares à pecuária, matando e confiscando os animais da região e comprometendo a fonte de alimentação do povo. Além desta, mudanças na política de registro de terras foram desenhadas como outra punição ao deixar de reconhecer a posse das terras utilizadas pelos somali nômades e permitir que os fazendeiros amhara se movessem do norte para esses locais. Ademais, outras políticas agravavam ainda mais a situação deles, como é o caso, por exemplo, das medidas contra o contrabando que tinham o intuito de prevenir que os somali utilizassem rotas de comércio antigas que necessariamente cruzavam a fronteira. E por último, houve o envenenamento das fontes de água utilizadas pelos somali, enquanto novas eram criadas para receber os amhara (GOZÁLEZ, 2007).

No curso dos cinco anos compreendidos entre o início de uma enorme estiagem na Etiópia, em 1970, e o conseqüente golpe de Estado que derruba Selassié em 1974, os somali nômades se viram presos no território etíope. Não tinham para onde fugir devido às medidas de contrabando, não tinha acesso a água potável devido ao envenenamento das fontes de água e não possuíam acesso à terras férteis para lhes prover sustento (GOZÁLEZ, 2007).

Assim termina a relação entre o governo do imperador Hailé Selassié e os somali em seu território. É notável que a independência da Somália acompanha uma intensificação das políticas etíopes voltadas para a defesa do Ogaden. De tentativas de assimilação ao

investimento na área militar, surge um fluxo de investimento que vem acompanhado por uma grande interferência no modo de vida da população.

Fica claro que a defesa do Ogaden foi efetiva ao impedir que a Somália, recém-independente, anexasse um território que aparentava ser tão promissor. Já no que tange à população em si, em especial os somali, o quadro retratado deixa de ser positivo. Ao invés da assimilação e integração da população, o que ocorreu foi uma perseguição ativa e etnocida, marcada por hostilidades crescentes e violação de direitos indígenas.

Considerações finais

Dessa forma, é possível perceber que durante o curso do regime de Selassié o que se iniciou como um esforço para assimilar e integrar os somali durante o processo de conquista da independência da Somália tornou-se uma perseguição rigorosa aos grupos nos quais o fervor nacionalista era mais explícito. Muitas falhas nos planos executados pelo governo de Selassié podem ser identificadas, indo desde a dificuldade em prover educação e trabalho para os somali, passando pelo isolamento territorial e comercial do Ogaden derivado do desinteresse do Estado em investir na região, e, por fim, a maneira brusca em que se modificou o modo de vida da população local com a instalação de bases militares.

No plano internacional, a Etiópia falhou na anexação da Somalilândia Italiana e em se apropriar do Plano Bevin, mas obteve certa vitória ao manter o Ogaden sob seu controle e defendê-lo durante o governo de Selassié. Além disso, a existência de um grupo armado, a WSLF, serve como uma sinalização de que as mudanças bruscas na região acumularam tensões crescentes, as quais culminaram na explosão do conflito. A participação da Somália, treinando, financiando e equipando a organização demonstram a extensão dos interesses do país em anexar o Ogaden e como eles se aproveitaram das instabilidades geradas pelo conflito somali-etíopes para realizarem seus objetivos.

Assim, a Somália, em meio à sua ânsia por expansão e união da etnia, além das motivações econômicas, acabou por agravar a situação doméstica etíope. A consequência de sua ação, no entanto, levou ao agravamento da situação social dos somali etíopes. O apaziguamento das relações entre os dois países, geraram o acirramento das hostilidades no

Os somali no regime de Selassié (1930-1974): como a Somália independente impactou a etnia em território etíope

Ogaden. Os grupos nômades, identificados como tendo uma maior tendência etno-nacionalista, foram perseguidos e despidos de seus direitos, sendo colocados em uma situação de extrema vulnerabilidade até o fim do regime de Selassié, sem novas intervenções da Somália.

Portanto, a trajetória histórica exposta confirma a hipótese, pois apresenta alguns dos interesses políticos – tanto à nível de Estado, no caso das políticas aplicadas pelos governos; como organizações sociais que tomaram forma de partidos e grupos secessionistas –, sociais e aspectos culturais criaram um ambiente propício à uma escala de hostilidades entre somali e etíopes. No que tange aos interesses sociais, ressalta-se a questão da intervenção no modo de vida da população e como as políticas aplicadas pela Etiópia abalou profundamente o Ogaden, isolando-o em um primeiro momento, e atuando de forma agressiva no que diz respeito à qualidade de vida da população (emprego, saúde, direito a terras). Nos aspectos culturais, ressalta-se a questão religiosa, o nomadismo e o próprio sentimento etno-nacionalista alimentado em tempos de conflito.

Atualmente, essas questões aqui abordadas são importantes para compreender o silenciamento do povo somali em território etíope. Apesar de se tratar de um recorte que não contempla toda a complexidade envolvida na relação Etiópia-somali, é notável a transição na forma de tratamento da etnia nesse território. A hostilidade e as políticas repressivas aplicadas sobre o povo somali, em especial os nômades, não poderiam ser revertidas apenas com a queda de Selassié. Os governos seguintes prosseguiram com o sufocamento da etnia, apesar dos interesses e o grupo do poder serem substituídos por outros.

Se tratando de décadas de investimentos e intervenções no modo de vida da população, houve consequências à longo prazo tanto na integração dessa etnia, quanto nas restrições de acessos à muitos recursos. Outro ponto a ser ressaltado é o de que o governo de Selassié é, historicamente, recente, o que significa que as consequências de suas ações podem ser notadas ainda hoje. Concluo, então, que essa fração da história da etnia é suma importância para aqueles que desejam compreender o comportamento desse povo nos governos posteriores, incluindo os atuais.

Recebido em 25 de junho. Aprovado em 8 de julho.

Referências bibliográficas

ADEGEHE, Asnake Kefale. **Federalism and ethnic conflict in Ethiopia: a comparative study of the Somali and Benishangul-Gumuz regions.** Leiden: Department of Political Science, Faculty of Social and Behavioral Sciences, Leiden University. 2009. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/13839>> Acesso em: 03 Fev. 2019.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África (1974-2017): Conflitos, atores, agendas e ameaças.** Porto Alegre: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. 2019. “Orientação: Paulo Fagundes Visentini.”

GONZÁLEZ, Raúl C. Ethiopia (1976–1985). In: **Civil Wars of the World: Major Conflicts since World War II**; DEROUEN, Karl R.; HEO, Uk. (Editores), vol. I, 2007, p. 351-365.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Manual de Redação Oficial da Funai.** Organizado pela Comissão Especial de Elaboração do Manual – Portaria nº. 540/2015/ Pres-Funai. – Brasília: Funai, 2016. 87p. il.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 1- 30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 03 Fev. 2019.

TAREKE, Gebru. **The Ethiopian Revolution: War in the Horn of Africa.** New Haven: Yale University Press. 2009. 437 p.

TOUVAL, Saadia. **Somali Nationalism: International Politics and the drive for unity in the Horn of Africa.** Cambridge: Harvard University Press. 1963.

YUN, Ma Shu Yun. Ethnonationalism, ethnic nationalism, and mini-nationalism: A comparison of Connor, Smith and Snyder. In: **Ethnic and Racial Studies**, 13:4, p. 527-541.1990. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01419870.1990.9993688>>. Acesso em: 02 Dez. 2019.